

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.717 - MG (2019/0362770-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
OUTRO NOME : AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JÚNIOR - RJ087929
FELIPE RIBEIRO LOBATO - MG099130
AGRAVADO : CLAUDECIR ANTÔNIO SIQUEIRA
ADVOGADO : RAFAEL GRATIERI GALLATI - SP289907
AGRAVADO : TORCAL TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : GABRIELA FERRAZ DE ARAUJO PINTO - MG169194
AGRAVADO : GLOBAL AGÊNCIA DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, a assinatura do subscritor da petição de agravo em recurso especial não está seguida de identificação (fl. 323), sendo, portanto, impossível saber o nome do causídico que a subscreveu e aferir se ele possui procuração nos autos (AgRg no Ag n. 992.055/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 30/4/2008).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na assinatura do recurso, no sentido de ser impossível identificar o subscritor. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou (certidão de fls. 338).

Ressalte-se que a petição de fls. 342/395, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito, não pode ser conhecida para os fins a

Superior Tribunal de Justiça

que se destina, uma vez que protocolizada fora do prazo assinalado, ocorrendo a preclusão temporal da prática do ato.

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente